



**Russell Bedford**

*taking you further*

## **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A**

Relatório de revisão das informações contábeis  
intermediárias

**Referente ao 1º trimestre do exercício de 2022.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem



# Russell Bedford

taking you further

## RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas e aos Conselheiros da  
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA  
Santos – SP**

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – SPA** referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



# Russell Bedford

taking you further

## **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

## **Ênfases**

### **Déficit Atuarial**

Conforme Nota Explicativa nº 16.1, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. O passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora SPA registrado no Balanço Patrimonial é de R\$ 269.872 mil (R\$ 289.798 mil em 31/12/2021), as informações atuariais são preparadas pela empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. Conforme Nota explicativa nº 16.2 o valor de R\$ 2.659 (R\$ 4.804 mil em 31/12/2021) registrado como Plano de pensão – contribuição mensal, é relativo a contribuições mensais devidas ao PORTUS referente ao mês de março de 2022. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Plano de Pensão**

Conforme Nota Explicativa nº 16.3, a Patrocinadora SPA assumiu no ano de 2019 a responsabilidade de arcar com os valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, em 31 de março de 2022 o montante é de R\$ 520.600 (R\$ 510.272 em 31 de dezembro de 2021). O pagamento inicial de 20% do saldo devedor foi efetuado em 22/6/2020 no montante de R\$ 117.821 mil e o saldo devedor de 80% está sendo liquidado em 180 parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema *Price*, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto



# Russell Bedford

taking you further

## Desestatização – Audiência Pública

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 “c”, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) iniciou em 31 de janeiro de 2022 o período de consulta e audiência pública, para tratar da desestatização do Porto Organizado de Santos. A 1ª audiência pública foi realizada em 10 de fevereiro de 2022. A consulta pública encerrou-se em 28 de março de 2022. Neste momento, o resultado da consulta pública não tem potencial para afetar as demonstrações contábeis de 31 de março de 2022. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Barueri, 6 de maio de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE  
OLIVEIRA:9023843  
5091

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL  
DE OLIVEIRA:90238435091  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade  
Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC SOLUTI,  
ou=AC SOLUTI Multipla, ou=03151200000133,  
ou=Certificado PF A3, cn=ROGER MACIEL DE  
OLIVEIRA:90238435091  
Dados: 2022.05.09 10:45:26 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP  
Sócio Responsável Técnico

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/03/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/03/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		<b><u>1.922.376</u></b>	<b><u>1.473.202</u></b>	<b>Circulante</b>		<b><u>694.119</u></b>	<b><u>695.759</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	1.645.760	1.284.470	Salários, provisão de férias e encargos sociais .....	14	65.454	63.860
Contas a receber de clientes, líquidas .....	5	96.482	97.736	Fornecedores e prestadores de serviços.....		42.289	55.267
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga....	5	174.725	86.111	Impostos e contribuições .....	15	31.337	27.464
Estoques.....		615	600	Dividendos a pagar.....	23.3	78.811	76.946
Créditos tributários.....	6	2.265	2.023	Plano de pensão - contribuição mensal.....	16.2	2.659	4.804
Outros créditos.....	13	2.529	2.262	Plano de Pensão - termo de compromisso financeiro.....	16.3	39.539	38.033
				Plano de Desligamento Incentivado .....	19	5.907	-
				Obras efetuadas por arrendatários .....	17	25.307	24.726
				Provisões trabalhistas, cíveis e tributários .....	18.1	371.947	373.932
				Outras obrigações .....	22	30.869	30.727
<b>Não Circulante</b>		<b><u>2.727.765</u></b>	<b><u>2.496.386</u></b>	<b>Não Circulante</b>		<b><u>2.679.344</u></b>	<b><u>2.138.974</u></b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b><u>1.117.236</u></b>	<b><u>879.251</u></b>	Provisões trabalhistas, cíveis e tributários .....	18.1	132.614	129.075
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga....	5	610.650	344.445	Receita diferida.....	20	1.296.534	749.607
Partes relacionadas.....	7.1	299	345	Obras efetuadas por arrendatários .....	17	87.954	92.043
Depósitos judiciais .....	8	130.512	132.286	Plano de pensão déficit atuarial.....	16.1	269.872	289.798
Bens destinados à alienação.....	9	550	458	Plano de pensão - termo de compromisso financeiro.....	16.3	481.061	472.239
Imposto de renda e contribuição social diferidos....	31.1	366.944	393.518	Benefícios pós emprego.....	16.4	61.317	64.627
Créditos tributários.....	6	6.812	6.670	Créditos da União para aumento de capital.....	21	349.992	341.585
Outros créditos.....	13	1.469	1.529				
				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b><u>1.276.678</u></b>	<b><u>1.134.855</u></b>
				Capital social.....	23.1	810.554	810.554
<b>Imobilizado.....</b>	10	<b>1.607.819</b>	<b>1.614.108</b>	Lucros (prejuízos) acumulados.....		135.227	-
<b>Intangível.....</b>	11	<b>2.710</b>	<b>3.027</b>	Reserva legal.....	23.2	16.199	16.199
				Reserva de dividendos adicionais propostos.....	23.4	230.837	230.837
				Outros resultados abrangentes .....	23.5	83.861	77.265
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>		<b><u>4.650.141</u></b>	<b><u>3.969.588</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>		<b><u>4.650.141</u></b>	<b><u>3.969.588</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021  
(em milhares de reais)**

	Notas	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2021 a 31/03/2021
Receita líquida .....	25	312.961	253.189
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	26	(73.859)	(79.056)
<b>Lucro bruto</b> .....		<b>239.102</b>	<b>174.133</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b> .....		<b>(41.494)</b>	<b>(52.035)</b>
Despesas administrativas e gerais .....	27	(39.563)	(46.046)
Outras receitas operacionais .....	28	240	259
Outras despesas operacionais .....	29	(2.171)	(6.248)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos.....		<b>197.608</b>	<b>122.098</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>17.403</b>	<b>(15.083)</b>
Receitas financeiras .....	30	56.172	12.286
Despesas financeiras .....	30	(38.769)	(27.369)
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>215.011</b>	<b>107.015</b>
Imposto de renda e Contribuição Social.....		<b>(79.784)</b>	<b>(36.226)</b>
Corrente .....	31.2	(53.210)	(26.878)
Diferido.....	31.2	(26.574)	(9.348)
Lucro (prejuízo) do período .....		<b>135.227</b>	<b>70.789</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>		<b>0,20</b>	<b>0,26</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Lucro (prejuízo) do período.....	135.227	70.789
Ganhos (Perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido.....	3.782	51.883
Ganhos (Perdas) atuariais - plano de saúde.....	1.970	8.209
Ganhos (Perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	844	956
<b>Resultado abrangente</b> .....	<b>141.823</b>	<b>131.837</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/03/2022 E 31/03/2021**  
*(em milhares de reais)*

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	DIVIDENDOS ADICIONAIS		
<b>SALDOS EM 31/12/2020</b>	<b>1.414.100</b>	<b>(45.093)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.132.493)</b>	<b>236.514</b>
Resultado do período de 01/01/2021 a 31/03/2021.....	-	-	-	-	70.789	70.789
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido ..	-	51.883	-	-	-	51.883
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....	-	8.209	-	-	-	8.209
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....	-	956	-	-	-	956
<b>SALDOS EM 31/03/2021</b>	<b>1.414.100</b>	<b>15.955</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.061.704)</b>	<b>368.351</b>
<b>SALDOS EM 31/12/2021</b>	<b>810.554</b>	<b>77.265</b>	<b>16.199</b>	<b>230.837</b>	<b>-</b>	<b>1.134.855</b>
Resultado do período de 01/01/2022 a 31/03/2022.....	-	-	-	-	135.227	135.227
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido ..	-	3.782	-	-	-	3.782
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....	-	1.970	-	-	-	1.970
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....	-	844	-	-	-	844
<b>SALDOS EM 31/03/2022</b>	<b>810.554</b>	<b>83.861</b>	<b>16.199</b>	<b>230.837</b>	<b>135.227</b>	<b>1.276.678</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/03/2022 E 31/03/2021**  
*(em milhares de reais)*

	31/03/2022	31/03/2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>135.227</b>	<b>70.789</b>
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Depreciação e amortização .....	10.002	10.335
- Valor residual de ativos baixados .....	9	380
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias.....	1.554	12.135
- Provisão (Reversão), líquida - perdas com créditos liquidação duvidosa.....	(198)	5.569
- Provisão (Reversão), líquida de contas a pagar .....	(12.478)	10.795
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios pós emprego.....	(7.716)	(91)
- Provisão (Reversão) - depósitos judiciais.....	(3.315)	16.398
- Provisão (Reversão), líquida - programa de desligamento incentivado.....	5.907	-
- Apropriação de receitas diferidas.....	(11.323)	(8.724)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros líquidos não realizados.....	(8.437)	(5.543)
- Imposto de renda e csll diferidos .....	26.574	9.348
<b>Redução (aumento) de ativos</b>		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura .....	-	(9)
Contas a receber de clientes, líquidas .....	(313.291)	6.834
Estoques.....	(15)	(34)
Créditos tributários.....	(347)	(3.231)
Partes relacionadas .....	46	4.877
Depósitos judiciais .....	5.088	(29.388)
Outros ativos.....	(204)	(181)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços .....	(500)	(24.326)
Salários, provisão de férias e obrigações sociais .....	1.594	299
Impostos e contribuições.....	3.873	(491)
Plano de Pensão e benefícios a empregados .....	(24.011)	431
Obras efetuadas por arrendatários.....	(3.508)	1.849
Receita diferida .....	558.250	(220)
Outros passivos.....	2.007	3.947
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais.....</b>	<b>364.788</b>	<b>81.748</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativos imobilizados.....	(3.498)	(2.025)
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(3.498)</b>	<b>(2.025)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Recursos de acionistas .....	-	-
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total dos fluxos de caixa das atividades</b>	<b>361.290</b>	<b>79.723</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>361.290</b>	<b>79.723</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	<b>1.284.470</b>	<b>859.861</b>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período .....	<b>1.645.760</b>	<b>939.584</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31/03/2022**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "SPA" ou "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social.

### **Fatos Relevantes**

#### **Leilão de área no porto de Santos:**

##### **a) STS08A**

Em 23/03/2022 a SPA recebeu a parcela inicial de 25% (R\$ 139.563 mil) da outorga referente ao terminal STS08A localizado na margem direita do Porto, na Alemoa, arrematado pela empresa Petróleo Brasileiro S/A. Os 75% restantes serão recebidos em 5 parcelas anuais, reajustadas pelo IPCA entre o mês da realização da sessão pública e a data de recebimento de cada parcela anual.

##### **b) STS11**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) promoveu em 30/03/2022, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), o leilão nº 01/2022, referente ao terminal STS11 localizado na margem direita do Porto, no Bairro Paquetá – entre os armazéns 12A e 15, com área total de 98.159 metros quadrados, destinado à movimentação de grãos vegetais, especialmente soja, milho, açúcar e trigo. Excepcionalmente durante os 2 (dois) primeiros anos de vigência contratual, a área provisória do Arrendamento será de 61.976 metros quadrados. A partir do 3º (terceiro) ano de contrato até o final da vigência contratual, a área definitiva do Arrendamento será um total de 98.159 metros quadrados.

A área foi arrematada pela empresa Cofco International com valor de outorga de R\$ 10,0 milhões, pelo período de 25 anos com possibilidade de renovações até o limite máximo de 70 anos.

A outorga será paga da seguinte forma: 25% em até 45 dias após a homologação e os 75% restantes em 5 parcelas anuais, reajustadas pelo IPCA entre o mês da realização da sessão pública e a data de pagamento de cada parcela anual.

Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 764,8 milhões a serem destinados à modernização e aumento de capacidade, através da aquisição de equipamentos, construção de edifícios e armazém, novos Silos, reforço do Cais – Armazém 12, entre outros.

### c) Desestatização – audiência pública

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou em 10/02/2022, na Associação Comercial de Santos, a primeira audiência pública para tratar da desestatização do Porto Organizado de Santos, com o objetivo de obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório de concessão da Autoridade Portuária. O período de consulta e audiência pública ocorreu entre 31/01/2022 e 28/03/2022. Estão sendo analisadas as contribuições recebidas e eventual incorporação será submetida ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI).

## 2. BASE DE APRESENTAÇÃO

As informações contábeis intermediárias são preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis intermediárias são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

### 2.1 – Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de março de 2022, têm sua divulgação autorizada pela Diretoria conforme ata de reunião realizada no dia 06 de maio de 2022.

## 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias são preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2022 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As práticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

### Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

**Moeda funcional e moeda de apresentação**

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Instrumentos financeiros**

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

**a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros:**

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos.

**b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:**

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma de três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com prestadores de serviços e fornecedores.

**Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

**Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)**

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

**Estoques**

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades, são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

**Imobilizado**

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado

**Intangível**

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

**Partes Relacionadas**

É a parte que está relacionada com a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na Companhia que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a Companhia, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da SPA.

**Passivo circulante e não circulante**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das informações contábeis intermediárias, sendo considerados no passivo circulante as obrigações com vencimentos até 360 dias contados da data de fechamento das informações contábeis intermediárias e no passivo não circulante as obrigações com vencimentos superiores a 12 meses contados da data de fechamento das informações contábeis intermediárias.

**Fornecedores e prestadores de serviços**

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses contados da data de fechamento das informações contábeis intermediárias, sendo apresentadas neste caso, como passivo não circulante.

**Salários, encargos e contribuições sociais**

Os salários, férias, 13º salário, participação nos lucros, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

**Operações de arrendamento – IFRS 16 – CPC 06 (R2)**

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A Companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário no ano calendário.

**Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

**Receita diferida**

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem montantes de Outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pelo arrendatário e o prazo final do contrato de arrendamento.

**Provisões, ativos e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

**Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no período de elaboração das informações contábeis intermediárias.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os tributos diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, as bases negativas da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações intermediárias, sendo apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Os créditos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, e respectivas realizações, estão suportados por projeções de resultados tributáveis e são revisados a cada encerramento de exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias tributáveis quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

**Tributos sobre receitas**

As receitas tarifárias, de arrendamento de áreas e fornecimento de energia elétrica estão sujeitas à incidência do Pis – Programa de Integração Social e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços a alíquota de 5%, apurado e recolhido para os municípios onde são prestados os serviços (Santos e Guarujá).

As receitas auferidas com o fornecimento de energia elétrica estão sujeitas, além do PIS e COFINS, à incidência de ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, calculado pela alíquota de 18%.

**Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidados após o vencimento, a atualização de créditos a receber e ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com os passivos onerosos assumidos pela Companhia ou outras transações financeiras.

**Dividendos mínimos obrigatórios**

Aos acionistas é garantido dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP aplicados sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser imputados aos dividendos obrigatórios.

**Uso de estimativas**

A elaboração das informações contábeis intermediárias requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

##### a) Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	8.523	10.095
Aplicações financeiras	1.637.237	1.274.375
<b>Total</b>	<b><u>1.645.760</u></b>	<b><u>1.284.470</u></b>

##### b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de realização.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de renda fixa – BB	891.892	643.374
Fundo de renda fixa – CEF	745.345	631.001
<b>Total</b>	<b><u>1.637.237</u></b>	<b><u>1.274.375</u></b>

#### 5. CONTAS A RECEBER LÍQUIDAS E DIREITOS CONTRATUAIS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a Receber	118.407	120.528
Contas a Receber – recuperação judicial	15.275	15.275
Direitos contratuais de arrendamento – Outorga (i)	785.375	430.556
<b>Total Contas a Receber bruto</b>	<b>919.057</b>	<b>566.359</b>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (ii)	(37.200)	(38.067)
<b>Total Contas a Receber líquido</b>	<b><u>881.857</u></b>	<b><u>528.292</u></b>
Circulante	271.207	183.847
Não Circulante	610.650	344.445

(i) Direitos contratuais de arrendamento – outorga, correspondem aos saldos das outorgas das áreas STS 14, STS 14A e STS 08A e os valores estão segregados conforme quadro abaixo:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante	174.725	86.111
Ativo não circulante	610.650	344.445
<b>Direitos contratuais de outorga</b>	<b>785.375</b>	<b>430.556</b>

(ii) Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão incluídas apenas empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do Aging List em conformidade com o Normativo interno da SPA para a constituição e baixa das provisões. Os valores a receber decorrentes das atividades da empresa estão garantidos por depósitos e/ou fianças bancárias e as eventuais perdas não possuem materialidade. Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações vigente.

## 6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ e CSLL pagos a maior (i)	6.812	6.670
PIS/COFINS exclusão do ICMS na base de cálculo (ii)	1.868	1.831
Impostos retidos sobre faturamento	252	192
Outros Créditos	145	-
<b>Total</b>	<b><u>9.077</u></b>	<b><u>8.693</u></b>
Circulante	2.265	2.023
Não Circulante	6.812	6.670

(i) A importância registrada em IRPJ e CSLL pagos a maior decorre do pagamento efetuado sobre fatos geradores referentes a competência dezembro/2018 e o procedimento de restituição foi solicitado, administrativamente, junto a Secretaria da Receita Federal.

(ii) O montante registrado de PIS e COFINS a recuperar refere-se a exclusão do ICMS na base de cálculo das citadas contribuições. Em março/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em outubro/2018 a Receita Federal publicou Solução de Consulta Interna COSIT 13 determinando que o ICMS pago deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Entretanto, em maio/2021 o STF confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago. Com esta decisão favorável, a Companhia apurou os valores dos tributos indevidamente

recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos e ao método de atualização monetária dos montantes.

## 7. PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, conforme descrito em nota explicativa 3 e detalhada a seguir:

### 7.1 – Transações com órgãos da administração direta

São valores a recuperar decorrentes de cessão de funcionários a órgãos da administração direta federal:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	172	173
Ministério do Trabalho	109	153
Ministério da Economia em Itajaí/SC	10	11
Ministério da Infraestrutura	8	8
<b>Total</b>	<b><u>299</u></b>	<b><u>345</u></b>
Nº de funcionários cedidos	1	7

### 7.2 – Membros chave da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva da SPA tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia.

Trimestre findo em 31/03/2022	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	<b>Total</b>
Salários e Benefícios	73	36	24	500	<b>633</b>
Encargos sociais	15	7	5	210	<b>237</b>
Remuneração variável	-	-	-	-	-
Previdência complementar	-	-	-	46	<b>46</b>
<b>Remuneração total</b>	<b><u>88</u></b>	<b><u>43</u></b>	<b><u>29</u></b>	<b><u>756</u></b>	<b><u>916</u></b>
Número de membros	7	3	3	5	<b>18</b>

No Comitê de Auditoria um dos três membros não é remunerado em função de participar também do Conselho de Administração.

Trimestre findo em 31/03/2021	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	59	35	35	546	<b>675</b>
Encargos sociais	12	7	7	229	<b>255</b>
Remuneração variável	-	-	-	-	-
Previdência complementar	-	-	-	-	-
<b>Remuneração total</b>	<b><u>71</u></b>	<b><u>42</u></b>	<b><u>42</u></b>	<b><u>775</u></b>	<b><u>930</u></b>
Número de membros	5	3	3	5	<b>16</b>

O Programa de Remuneração Variável dos membros da Diretoria Executiva está condicionado ao atendimento de pré-requisitos e de indicadores de desempenho. A remuneração variável a ser paga é apurada conforme o percentual de atingimento das metas.

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos Judiciais Trabalhistas	103.570	105.355
Depósitos Judiciais Cíveis	24.370	24.371
Depósitos Judiciais Tributárias	2.572	2.560
<b>Total</b>	<b><u>130.512</u></b>	<b><u>132.286</u></b>

## 9. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor de R\$ 550 (R\$ 458 em 31/12/2021) corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado e classificados no ativo não circulante, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos por meio de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo licitatório será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

## 10. IMOBILIZADO

### a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de depreciação	31/03/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	8.148	(6.720)	1.428	8.167	(6.759)	1.408
Veículos	10%	1.201	(753)	448	1.201	(729)	472
Máquinas Motores e Aparelhos	10% a 20%	17.437	(15.666)	1.771	17.439	(15.607)	1.832
Equipamentos Diversos	5% a 20%	4.505	(2.797)	1.708	4.194	(2.769)	1.425
Outros Bens Móveis	10%	839	(639)	200	710	(637)	73
Equipamentos de Informática	10% a 20%	48.080	(33.828)	14.252	48.005	(33.998)	14.007
Edifícios	2% a 7%	44.551	(18.514)	26.037	44.551	(18.239)	26.312
Instalações	2% a 20%	860.993	(157.670)	703.323	861.011	(154.981)	706.030
Obras em Andamento	-	65.433	-	65.433	63.447	-	63.447
Terrenos	-	29	-	29	29	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3%	15.287	(13.052)	2.235	15.299	(13.035)	2.264
Bens Imóveis para Fins Industriais	3% a 5%	101.277	(80.255)	21.022	101.277	(79.844)	21.433
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	2% a 7%	254.948	(112.518)	142.430	254.948	(109.762)	145.186
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	2% a 5%	46.534	(29.122)	17.412	46.534	(28.872)	17.662
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	-	-	-	-	42.594	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	-	108.238	-	108.238	51.840	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	2% a 7%	664.222	(162.369)	501.853	678.026	(159.932)	518.094
<b>Total</b>		<b>2.241.722</b>	<b>(633.903)</b>	<b>1.607.819</b>	<b>2.239.272</b>	<b>(625.164)</b>	<b>1.614.108</b>

### b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/03/2022
Mobiliário em Geral	1.408	83	(5)	(54)	(4)	-	1.428
Veículos	472	-	-	(24)	-	-	448
Máquinas Motores e Aparelhos	1.832	-	-	(61)	-	-	1.771
Equipamentos Diversos	1.425	312	-	(29)	-	-	1.708
Outros Bens Móveis	73	131	-	(4)	-	-	200
Equipamentos de Informática	14.007	986	(4)	(651)	(86)	-	14.252
Edifícios	26.312	-	-	(275)	-	-	26.037
Instalações	706.030	-	-	(2.705)	(2)	-	703.323
Obras em Andamento	63.447	1.986	-	-	-	-	65.433
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	2.264	-	-	(28)	(1)	-	2.235
Bens Imóveis para Fins Industriais	21.433	-	-	(411)	-	-	21.022
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	145.186	-	-	(2.756)	-	-	142.430
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	17.662	-	-	(250)	-	-	17.412
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	(42.594)	-	-
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	56.398	-	108.238
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	518.094	-	-	(2.437)	(13.804)	-	501.853
<b>Total</b>	<b>1.614.108</b>	<b>3.498</b>	<b>(9)</b>	<b>(9.685)</b>	<b>(93)</b>	<b>-</b>	<b>1.607.819</b>

## 11. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 2.710 (R\$ 3.027 em 31/12/2021) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos e estão sendo amortizados pela vida útil estimada dos itens.

### a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de amortização	31/03/2022			31/12/2021		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Software - ERP	10%	4.849	(3.281)	1.568	4.849	(3.154)	1.695
Demais softwares	20%	29.102	(27.960)	1.142	29.119	(27.787)	1.332
<b>Total</b>		<b>33.951</b>	<b>(31.241)</b>	<b>2.710</b>	<b>33.968</b>	<b>(30.941)</b>	<b>3.027</b>

### b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/03/2022
Software - ERP	1.695	-	-	(127)	-	-	1.568
Demais softwares	1.332	-	-	(190)	-	-	1.142
<b>Total</b>	<b>3.027</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(317)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.710</b>

## 12. SEGUROS

Tipo	31/03/2022	31/12/2021
Riscos operacionais (i)	307.758	307.758
Responsabilidade civil dos Administradores (ii)	40.000	40.000
Responsabilidade civil (iii)	30.000	30.000
Automóveis (iv)	2.119	2.119

A Companhia mantém seguros determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes, levando em consideração a natureza e o grau de risco por montantes suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre ativos e/ou responsabilidades, como demonstrado a seguir:

#### (i) Riscos Operacionais

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da Companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista, com vigência de 01/05/2021 a 30/04/2022. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

## (ii) Responsabilidade civil dos Administradores

O estatuto social da Companhia estabelece a obrigação de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores para eventuais coberturas das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à Companhia. O seguro tem vigência de 01/01/2022 a 31/12/2022.

## (iii) Responsabilidade civil

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, com vigência de 01/05/2021 a 30/04/2022.

## (iv) Automóveis e Casco Marítimo

A Companhia possui seguro de veículos onde a avaliação dos referidos bens é em relação à tabela FIPE mais os acessórios agregados, com vigência de 04/06/2021 a 03/06/2022. Outra apólice refere-se ao seguro de casco marítimo, com limite máximo de garantia e vigência de 01/03/2022 a 28/02/2023.

**13. OUTROS CRÉDITOS**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesa Antecipada	2.320	1.878
Adiantamento de férias e 13º salário	867	1.105
Sinistros cobertos por apólice	310	291
Cobrança de Plano de Saúde	205	208
Multa - Prefeitura de Santos - Proc. 54014/2006	126	126
Diversos	170	183
<b>Total</b>	<b><u>3.998</u></b>	<b><u>3.791</u></b>
Circulante	2.529	2.262
Não Circulante	1.469	1.529

**14. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários a pagar	11.698	9.071
Provisão de férias	24.779	27.821
Provisão de 13º Salário	3.134	-
Encargos sociais	4.910	6.035
Participação nos lucros	20.933	20.933
<b>Total</b>	<b><u>65.454</u></b>	<b><u>63.860</u></b>

## 15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	14.955	6.282
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	6.734	8.298
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.064	6.701
Imposto sobre serviços - ISS	1.495	1.362
Programa de integração social - PIS	1.394	1.767
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.271	1.818
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	1.002	691
Retenção para seguridade social - INSS	422	545
<b>Total</b>	<b><u>31.337</u></b>	<b><u>27.464</u></b>

## 16. PLANO DE PENSÃO E BENEFÍCIOS

### 16.1 - Déficit Atuarial Portus

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo líquido inicial	800.070	921.161
Custo no período	16.147	16.096
(Ganhos) perdas atuariais no período	(3.782)	(125.416)
Contribuições do empregador para o plano	(21.963)	(42.170)
Compartilhamento de risco	-	30.399
<b>Passivo líquido final</b>	<b>790.472</b>	<b>800.070</b>
<b>Conciliação do Passivo</b>		
Plano de pensão déficit atuarial (16.1)	269.872	289.798
Plano de Pensão - Termo de Compromisso Financeiro (16.3)	520.600	510.272
<b>Total</b>	<b><u>790.472</u></b>	<b><u>800.070</u></b>

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão - Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício - Plano de Benefício Portus 1 PBP1-, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício - CNPB da Previc sob o nº 19.780.055- 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência

Complementar – Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23/08/11.

As informações atuariais são preparadas pela empresa especializada Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda e estão apresentadas abaixo:

<b>Premissas adotadas</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
1. Taxa de desconto (nominal)	9,13%	8,91%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	9,13%	8,91%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

<b>Base de Dados</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Participantes ativos (passivo principal)	181	181
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.061	4.061
Aposentados	2.411	2.411
Pensionistas	1.650	1.650
Número total de participantes	4.242	4.242
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	7,67	8,20

<b>Conciliação da obrigação benefício definido</b>	<b>ATIVOS</b>	<b>INATIVOS</b>
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	129.614	843.373
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(871)	-
3. Custo dos juros	2.796	17.919
4. Contribuições de participantes do plano	985	-
5. Benefícios pagos	-	(30.947)
6. (Ganho)/perda atuarial	(776)	(9.169)
6.a. (Ganho)/perda atuarial - mudança de premissas	(2.244)	(11.176)
6.b. (Ganho)/perda atuarial - ajuste de experiência	1.468	2.007
6.c. (Ganho)/perda atuarial - redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	7.796
<b>8. Obrigação de Benefício Definido no final do período</b>	<b>131.748</b>	<b>828.972</b>

<b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>	<b>31/03/2022</b>		<b>31/12/2021</b>	
2. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	35	0,00%	-	0,00%
2.b Realizável (Prev e Adm)	578.044	74,01%	565.225	75,36%
Contribuições Contratadas	514.183	65,83%	508.827	67,84%
Outros ativos a receber	63.861	8,18%	56.397	7,52%
2.C Títulos Públicos	40.456	5,18%	39.667	5,29%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,00%	-	0,00%
2.e Ações	47.636	6,10%	39.527	5,27%
2.f Fundos de Investimentos	61.788	7,91%	52.457	6,99%
Renda Fixa	61.661	7,89%	52.333	6,98%
Imobiliário	127	0,02%	124	0,02%
2.g Investimentos Imobiliários	52.630	6,74%	52.675	7,02%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
2.i Outros - Depósitos Judiciários	494	0,06%	494	0,07%
<b>Total Ativo</b>	<b>781.083</b>	<b>100,000%</b>	<b>750.045</b>	<b>100,000%</b>
(+) Ajuste Valor de Mercado	-		-	
(-) Contribuições Contratadas	(514.184)		(508.828)	
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(11.164)		(1.748)	
(-) Uso Próprio	(2.334)		(2.334)	
(-) Exigível Operacional	(4.426)		(1.719)	
(-) Exigível Contingencial	(27.840)		(28.461)	
(-) Fundo Previdencial	(31.755)		(13.499)	
(-) Fundo de Investimento	-		-	
(-) Fundo administrativo	(18.776)		(20.055)	
Valor Justo dos Ativos Inicial	170.604		173.401	
Rentabilidade projetada para o período	1.218		1.192	
Saldo Previdencial do período	(1.575)		(1.674)	
Valor Justo dos Ativos final	170.247		172.919	

<b>Outras Premissas Atuariais</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar (Ativos não elegíveis)	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Análises de Sensibilidade	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	agravada em 10%	desagravada em 10%	+ 0,25%	-0,25%
<b>Montante do:</b>				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	943.632	979.086	944.244	977.751
Valor justo dos ativos do plano	170.247	170.247	170.247	170.247
<b>(Passivo) / Ativo líquido inicial</b>	<b>(773.385)</b>	<b>(808.839)</b>	<b>(773.997)</b>	<b>(807.504)</b>
Passivo do Patrocinador com Redução de direitos (TCF)	520.600	520.600	520.600	520.600
Passivo do Patrocinador com contribuição Futuras (Assistidos)	98.615	102.321	98.679	102.181
Passivo do Patrocinador com contribuição Extraordinárias	209.517	217.389	209.653	217.092
<b>(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado</b>	<b>55.347</b>	<b>31.471</b>	<b>54.935</b>	<b>32.369</b>
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	-	-	-	-
<b>(Passivo) / Ativo líquido reconhecido</b>	<b>(773.385)</b>	<b>(808.839)</b>	<b>(773.997)</b>	<b>(807.504)</b>
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa - (TCF)	520.600	520.600	520.600	520.600
<b>(Passivo) / Ativo líquido reconhecido</b>	<b>(252.785)</b>	<b>(288.239)</b>	<b>(253.397)</b>	<b>(286.904)</b>
<b>Variações:</b>				
Aumento/redução obrigação atuarial	-1,78%	1,91%	-1,71%	1,77%
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,16%	2,32%	-2,08%	2,15%

## 16.2 – Contribuições mensais

Os valores constantes do Balanço Patrimonial de R\$ 2.659 (R\$ 4.804 em 31/12/2021) são relativos às contribuições mensais devidas ao Portus referente ao mês de março.

## 16.3 – Plano de Pensão – Termo de Compromisso Financeiro

Em 21 de setembro de 1981, a Companhia firmou Convênio de Adesão junto ao Portus a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários Portus 1 – PBPI administrado pela referida Entidade. Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBPI, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBPI. Desta forma a SPA (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBPI, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBPI, a Patrocinadora SPA assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão – PBPI, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar. O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 589.105. O pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor

- INPC. Desta forma, está demonstrado abaixo o saldo devedor do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial TCF – Plano PBP1	510.272	487.416
(-) Pagamento de Parcelas	(12.943)	(48.533)
(+) Juros e atualização monetária	23.271	71.389
<b>Saldo devedor remanescente</b>	<b><u>520.600</u></b>	<b><u>510.272</u></b>
Circulante	39.539	38.033
Não circulante	481.061	472.239

#### 16.4 – Benefício Pós Emprego

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Plano de Assistência à Saúde (i)	14.392	16.223
Complementação de aposentadoria (ii)	46.925	48.404
<b>Total</b>	<b>61.317</b>	<b>64.627</b>

##### (i) Plano de Assistência à Saúde

A SPA disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a SPA deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS. Conforme previsto no Acordo Coletivo vigente, para os ex-empregados, no período de 01/01/2021 a 30/04/2021, a SPA subsidiou 20% do valor de suas mensalidades para o plano e desde 01/05/2021 o ex-empregado é responsável pelo custeio integral do plano de saúde. Apesar do ex-empregado, desde maio/2021, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo mais qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da SPA, para custear uma parte da despesa.

Os cálculos do compromisso da SPA com a assistência médica pós-emprego foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

**Premissas utilizadas nos cálculos**

Item	31/03/2022	31/12/2021
Duration dos benefícios (anos)	11,19	11,19
NTN-B (vencimento)	2040	2040
Taxa indicativa da NTN-B	5,5420% a.a.	5,3924% a.a.
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a VP)	5,5420% a.a.	5,3924% a.a.
Inflação anual futura estimada	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Taxa nominal anual de juros	9,2360% a.a.	9,0811% a.a.
Taxa nominal anual esperada de retorno de investimentos	9,2360% a.a.	9,0811% a.a.
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,28% a.a.	3,28% a.a.
Aging Factor	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Rotatividade anual	3,05%	3,05%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição Familiar	Família Real	Família Real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

**Segregação do Valor Presente da Obrigação**

Detalhe	31/03/2022	31/12/2021
Benefícios a Conceder	2.278	2.653
Benefícios Concedidos	12.114	13.570
Total	14.392	16.223

**(ii) Complementação de Aposentadoria**

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passam a receber da empresa benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre (i) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (ii) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. O valor pago a título de complementação de aposentadorias no trimestre findo em 31/03/2022 foi de R\$ 1.645 (R\$ 1.638 no primeiro trimestre de 2021). Atualmente existem **187** ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes.

Conciliação da obrigação do benefício definido	31/03/2022	31/12/2021
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	48.404	56.210
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	1.010	3.498
4. Benefícios pagos	(1.645)	(7.735)
5. (Ganho) perda atuarial – Resultados Abrangentes	(844)	(3.569)
5.1 (Ganho) perda atuarial – mudança de premissas	(339)	(7.384)
5.2 (Ganho) perda atuarial – ajuste de experiência	(505)	3.815
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	46.925	48.404

## 17. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme descrito a seguir:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

Arrendatário	Saldo 31/12/2021	Correção 2022	Pagamentos 2022	Saldo 31/03/2022
<b>Brasil Term. Portuário</b>				
Contrato 24/2001 (até 01/2027) Correção: IPCA/mensal	113.034	2.551	(5.484)	110.101
<b>Ecoporto Santos S/A</b>				
Contrato 28/1998 (até 06/2023) Correção: TJLP/trimestral	3.735	57	(632)	3.160
<b>Total</b>	<b>116.769</b>	<b>2.608</b>	<b>(6.116)</b>	<b>113.261</b>
Circulante	24.726			25.307
Não Circulante	92.043			87.954

O índice de atualização monetária do contrato da empresa Brasil Terminal Portuário foi alterado de IGPM para IPCA de acordo com o aditivo contratual nº 07.

## 18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base em informações do Departamento Jurídico, a empresa constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

### 18.1 Processos judiciais provisionados:

#### Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e (iii) adicional noturno.

#### Provisão cível

Refere-se basicamente a: (i) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; e (ii) indenizações por lucros cessantes.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos valores provisionados:

Movimentação	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>203.716</b>	<b>267.983</b>	<b>471.699</b>
(+) Adições	97.850	37.395	135.245
(-) Reversão e baixas	(58.678)	(45.259)	(103.937)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>242.888</b>	<b>260.119</b>	<b>503.007</b>
(+) Adições	12.384	11.768	24.152
(-) Reversão e baixas	(22.598)	-	(22.598)
<b>Saldo em 31/03/2022</b>	<b>232.674</b>	<b>271.887</b>	<b>504.561</b>
Circulante	158.089	213.858	371.947
Não Circulante	74.585	58.029	132.614

### 18.2 Processos judiciais não provisionados

O montante estimado para processos judiciais cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas e cíveis está demonstrado abaixo:

	31/03/2022	31/12/2021
Processos Trabalhistas	101.768	101.788
Processos Cíveis (i)	3.453.700	3.298.912
<b>Total</b>	<b>3.555.468</b>	<b>3.400.700</b>

**(i) Processos judiciais não provisionados – cíveis**

Com relação aos processos cíveis classificados como perda possível pelo Departamento Jurídico, destacamos os três mais relevantes, que representam 87,3% – R\$ 3.015.510 do total de R\$ 3.453.700 (87,0% em 2021 – R\$ 2.870.044 do total de R\$ 3.298.912) após a devida revisão, no âmbito de tal classificação.

Reclamante	Foro	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Portus – Instituto de Seguridade Social (I)	Rio de Janeiro	2.157.972	2.081.084
Rodrimar S/A Transportes (II)	Santos	584.381	525.289
Consórcio Draga Brasil (III)	Seção Judiciária– DF	273.157	263.671
<b>Subtotal</b>		<b>3.015.510</b>	<b>2.870.044</b>
Outros Processos		438.190	428.868
<b>Total</b>		<b>3.453.700</b>	<b>3.298.912</b>

**I. Portus Instituto de Seguridade Social** – O montante mencionado e considerado para fins de estimativa, no processo impetrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, correspondente ao valor dado à causa, tendo em vista a ausência de sentença de mérito até o momento, refere-se ao montante total do movido pela entidade contra todas as patrocinadoras.

**II. Rodrimar S/A Transportes** – Considerando que inexistente, até o momento, um valor definido judicialmente para mensurar a condenação desta SPA, já transitada em julgado, procedeu-se, para fins de provisionamento, a uma análise pericial interna, amparada pelos critérios já anteriormente indicados pela AGU como compatíveis com a liquidação pretendida, resultando no valor estimado de R\$ 40 milhões, atualmente provisionado como "provável". Para o mesmo processo, nosso Departamento Jurídico avaliou como perda possível o montante de R\$ 584 milhões (R\$ 525 milhões em 2021), correspondente à diferença atualizada do valor pretendido pela empresa Rodrimar S/A. A manutenção da decisão judicial vigente e a realização de nova perícia são essenciais para a determinação dos valores em litígio. A SPA e a União Federal estão pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, sob parâmetros técnicos não contemplados na perícia anteriormente realizada na Justiça Estadual e posteriormente anulada. A empresa Rodrimar reivindica a revalidação do laudo pericial, justificando dessa forma a classificação do valor provisionado da demanda judicial segregado em provável e possível.

III. **Consórcio Draga Brasil** – Processo movido pelo consórcio contra a União e a SPA, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro referente ao contrato administrativo N° 18/2009, com objeto de realização de dragagem de manutenção e aprofundamento, firmado com a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP. A empresa neste contrato figura apenas como interveniente-anuente.

#### 19. PROGRAMA INCENTIVADO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PIDV

A Diretoria Executiva, em 09/02/2022, aprovou o programa incentivado de desligamento voluntário (PIDV). O período de adesões ocorreu entre 22/02/2022 e 14/03/2022 e se destinou prioritariamente aos empregados com 35 anos ou mais de serviço na empresa e idade igual ou superior a 55 anos cumulativamente, com os desligamentos previstos no período de 29/03/2022 a 30/06/2022. A implantação do PIDV-2022 está alinhada ao Plano Estratégico institucional da SPA 2021-2025, especificamente à diretriz “Renovação e adequação do quadro funcional”. O incentivo concedido foi de 16,5 salários com piso de R\$ 50 mil e teto de R\$ 280 mil, acrescido das verbas rescisórias (saldo salarial, 13º salário proporcional e férias vencidas e/ou proporcionais).

Até o prazo final das inscrições, foram realizadas 86 (oitenta e seis) adesões de colaboradores(as) neste programa e a movimentação está demonstrada no quadro abaixo:

	31/03/2022
Nº de Colaboradores(as) com adesão ao programa	86
Nº de Desligamentos efetivados até 31/03/2022	31

Valor provisionado	9.437
(-) Valor dos desligamentos efetuados até 31/03/2022	3.530
<b>Provisão dos desligamentos a efetuar até 30/06/2022</b>	<b>5.907</b>

#### 20. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem montantes de Outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pela arrendatária e a data de vencimento do contrato de arrendamento. No resultado do exercício foi reconhecido à receita a importância de R\$ 11.323 (R\$ 8.724 em 31/03/2021), conforme demonstrado a seguir:

Arrendatária	Total de meses	Meses restantes	12/2021	Adições	Apropriações	03/2022
Santos Brasil Part. S/A	300	8	4.676	-	(1.276)	3.400
Term. Exportador Santos S/A	300	153	113.767	-	(2.188)	111.579
Cargill Agrícola S/A	300	153	142.704	-	(2.744)	139.960
Bradesco S/A	60	49	1.127	-	(65)	1.062
Eldorado Brasil S/A	300	286	240.833	-	(2.500)	238.333
Bracell SP Celulose	300	287	246.500	-	(2.550)	243.950
Petróleo Brasileiro S/A	300	300	-	558.250	-	558.250
<b>Total</b>			<b>749.607</b>	<b>558.250</b>	<b>(11.323)</b>	<b>1.296.534</b>

## 21. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

Até o ano de 2020 a União destinou recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela SPA até 30/06/2018, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98. Para os recursos recebidos a partir de 01/07/2018, conforme Decreto 8.945/2016, não incidem atualização monetária. A composição está no quadro abaixo:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	341.585	866.079
Aumento de capital no exercício	-	(528.947)
Devoluções à UNIÃO no exercício	-	(12.286)
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	8.407	16.739
<b>Saldo final</b>	<b><u>349.992</u></b>	<b><u>341.585</u></b>

## 22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento de Tarifa Portuária (i)	14.796	15.876
Caução de garantia (ii)	7.672	6.581
Adicional de tarifa portuária (iii)	6.476	6.476
Pensões judiciais	491	501
Empréstimo consignado - colaboradores	361	212
Contribuições sociais e sindicais	337	337
Diversos	247	251
<b>Total - Circulante</b>	<b><u>30.869</u></b>	<b><u>30.727</u></b>

(i) O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

(ii) Para garantia e completo atendimento das obrigações dispostas em contrato, é exigido caução de garantia. O item corresponde a valores depositados em moeda corrente.

(iii) O adicional de tarifa portuária – ATP incidente sobre as tabelas das tarifas portuárias foi criado pela Lei 7.700/1988, que foi revogada pela Lei 9.309/1996.

## **23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **23.1 – Capital social**

O Capital Social é de R\$ 810.554 (R\$ 810.554 em 2021) representado por 666.681.188.389 ações ordinárias, sem valor nominal e de classe única. A SPA é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal com 666.681.187.327 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.062 ações (0,00000016%).

### **23.2 – Reserva Legal**

O saldo de Reserva Legal é de R\$ 16.199 e foi constituída à base de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social de 2021, antes de qualquer destinação e limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

### **23.3 – Dividendos a Pagar**

O saldo de Dividendos a pagar é de R\$ 78.811 (R\$ 76.946 em 2021) e está registrado no passivo circulante pelo montante atualizado até 31/03/2022, com base na Taxa de Juros Selic.

### **23.4 – Reserva de Dividendos adicionais propostos**

A proposta da Administração foi distribuir dividendos adicionais até o limite de 100% do lucro líquido ajustado do exercício. Tal proposta foi apreciada e aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25/04/2022.

### **23.5 – Outros resultados abrangentes**

Os valores registrados nessa rubrica decorrem de itens que não serão reclassificados para o resultado acumulado e as premissas atuariais são revisadas trimestralmente por empresa especializada. A composição do saldo no patrimônio líquido é de itens correspondentes a benefícios pós emprego e a natureza deles está discriminada a seguir:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>77.265</b>	<b>(45.093)</b>
Superávit – plano de pensão de benefício definido	3.782	103.554
Superávit – plano de saúde	1.970	15.235
Superávit – complementação de aposentadorias	844	3.569
<b>Saldo final</b>	<b>83.861</b>	<b>77.265</b>

#### 24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro líquido atribuído aos acionistas	135.227	70.789
Número de ações (em milhares)	666.681.188	273.680.196
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	0,20	0,26

#### 25. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PARA A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receitas tarifárias		
– Utilização da infraestrutura portuária	161.734	139.149
– Utilização da infraestrutura terrestre	39.302	31.051
– Fornecimento de energia	14.683	9.835
– Outras receitas	4.131	2.908
<b>Total Receitas Tarifárias</b>	<b>219.850</b>	<b>182.943</b>
Receitas de arrendamento	141.567	107.300
<b>Total Receita Operacional Bruta</b>	<b>361.417</b>	<b>290.243</b>
– Imposto sobre serviços – ISS	(10.002)	(8.570)
– Imposto sobre circulação de mercadorias– ICMS	(2.643)	(1.770)
– Programa de Integração Social – PIS	(5.872)	(4.765)
– Contribuição Financiamento Seguridade Social– COFINS	(27.047)	(21.949)
– Cancelamentos	(2.892)	–
<b>Total Receita Operacional Líquida</b>	<b><u>312.961</u></b>	<b><u>253.189</u></b>

### 25.1 Classificação das receitas tarifárias:

- Utilização da Infraestrutura Aquaviária:  
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e berços de atracação e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura Terrestre:  
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao “condomínio” (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Serviços Gerais:  
A empresa fornece água por meio de sistema próprio de captação/tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertoga e de outros serviços complementares.

Em fevereiro de 2022 entrou em vigor, de forma gradativa, a nova tabela tarifária abrangendo a Tabela I (Infraestrutura Aquaviária), mas a implementação foi prorrogada por decisão judicial para abril de 2022.

### 25.2 Receitas de Arrendamento

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela empresa estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos bem como as demais informações, estão disponíveis no site [www.portodesantos.com.br](http://www.portodesantos.com.br). Os principais contratos são:

ARRENDATÁRIO	31/03/2022	31/03/2021	Var.
Santos Brasil Participações S/A	26.051	19.834	31,3%
TES - Terminal Exportador de Santos S/A	11.614	9.885	17,5%
Petrobras Transporte S/A Transpetro	10.274	7.026	46,2%
TEG - Terminal Exportador do Guarujá	9.209	6.184	48,9%
Elevações Portuárias S/A	5.671	4.546	24,8%
Brasil Terminal Portuário S/A	5.332	4.884	9,2%
Companhia Auxiliar de Armazéns Geral	5.269	3.120	68,9%
AGEO Terminais e Armazéns Gerais S/A	4.789	4.013	19,4%
ADM do Brasil Ltda	4.429	4.338	2,1%
Terminal de Graneis do Guarujá S/A	4.031	2.977	35,4%
Ecoporto Santos S/A	3.780	2.784	35,7%
T Grão Cargo Terminal de Graneis S/A	3.690	1.491	147,4%
Localfrio S/A Armazéns Gerais Frigo	2.992	2.256	32,6%
Hidrovias do Brasil Administração Portuária	2.887	4.352	-33,7%
Bracell SP Celulose Ltda	2.820	90	3044,3%
Terminal 12 A S/A	2.237	1.726	29,6%
Concais S/A	2.129	345	517,5%
Marimex Despachos, Transportes e Serviços	2.124	1.805	17,6%
Fíbria Terminal de Celulose de Santos S/A	1.966	1.833	7,3%
Terminal Marítimo do Guarujá S/A	1.887	1.613	17,0%
<b>Subtotal</b>	<b>113.180</b>	<b>85.101</b>	<b>33,0%</b>
Apropriação da receita diferida	11.258	8.945	26,6%
Demais contratos	17.129	13.474	33,9%
<b>Receita de arrendamentos - Nota 25</b>	<b>141.567</b>	<b>107.300</b>	<b>31,9%</b>

## 26. CUSTOS DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	28.883	29.510
Serviços de terceiros	20.737	25.294
Depreciação/amortização	10.003	10.335
Encargos sociais	8.525	9.545
Utilidades e serviços, materiais	3.424	2.609
Aluguéis	2.287	1.763
<b>Total</b>	<b>73.859</b>	<b>79.056</b>

**27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	14.504	21.793
Demandas judiciais	14.317	14.685
Encargos sociais	4.164	4.424
Impostos, taxas e contribuições	405	443
Utilidades, serviços e materiais	2.361	1.277
Serviços de Terceiros	2.129	1.547
Órgãos Colegiados (i)	970	936
Aluguéis	219	138
OGMO – Convênio SPA 01/2020 (ii)	-	363
Outras despesas	494	440
<b>Total</b>	<b><u>39.563</u></b>	<b><u>46.046</u></b>

(i) Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas. Porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e aos outros membros não pertencentes à União.

(ii) Em conformidade com a Lei 14.047/2020 e o convênio SPA 01/2020, a Companhia foi obrigada a ressarcir, até o mês de janeiro de 2021, ao Órgão Gestor de Mão de Obra – Ogmo o salário médio aos trabalhadores afastados devido à covid-19 que estavam no grupo de risco

**28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Indenizações e multas contratuais	172	6
Cessão do direito da folha de pagamento	65	220
Venda de materiais – sucatas e outros	3	10
Doações Recebidas	-	4
Diversas	-	19
<b>Total</b>	<b><u>240</u></b>	<b><u>259</u></b>

## 29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Plano de desligamento incentivado	9.437	-
Perda (ganho) atuarial Complementação de Aposentadoria (i)	1.010	810
Perda (ganho) atuarial Plano de Assistência à Saúde (i)	139	445
Perda (ganho) atuarial Plano de Pensão Benefício Definido (i)	(8.865)	(1.346)
Baixa de créditos incobráveis	867	-
Constituição (reversão) créditos de liquidação duvidosa	(867)	5.568
Multas	35	368
Perda na baixa de ativos imobilizados	9	363
Outras	406	40
<b>Total</b>	<b><u>2.171</u></b>	<b><u>6.248</u></b>

(i) Perda (ganho) atuarial com Plano de Pensão (Benefício Definido), Plano de Assistência à Saúde e Complementação de Aposentadoria, decorrente da contabilização do déficit (superávit) atuarial conforme notas explicativas nº 16.1, 16.4(i) e 16.4(ii), respectivamente.

## 30. RESULTADO FINANCEIRO

<u>Receitas Financeiras</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	31.163	753
Juros e variação monetária	24.722	11.359
Outras	287	174
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>56.172</b>	<b>12.286</b>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre TCF - Plano de pensão	(23.272)	(15.210)
Juros pagos ou incorridos	(10.278)	(4.171)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2.612)	(571)
Variação monetária	(2.607)	(7.417)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(38.769)</b>	<b>(27.369)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b><u>17.403</u></b>	<b><u>(15.083)</u></b>

### 31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração as incertezas nos tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos. Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões e da compensação de prejuízos fiscais.

#### 31.1 - Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	31/03/2022			
	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	232.673	58.168	20.941	79.109
Provisão Cível	271.887	67.972	24.470	92.442
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.275	3.819	1.375	5.194
Provisão Fornecedores	27.867	6.967	2.508	9.475
Impairment	9.673	2.418	870	3.288
Prejuízo Fiscal IRPJ	522.934	130.733	-	130.733
Base Negativa CSLL	518.924	-	46.703	46.703
<b>Total Geral</b>		<b>270.077</b>	<b>94.359</b>	<b>366.944</b>

	31/12/2021			
	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	242.888	60.722	21.859	82.581
Provisão Cível	260.119	65.030	23.410	88.440
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.473	3.868	1.393	5.261
Provisão Fornecedores	39.904	9.976	3.591	13.567
Impairment	10.071	2.518	907	3.425
Prejuízo Fiscal IRPJ	589.987	147.497	-	147.497
Base Negativa CSLL	586.076	-	52.747	52.747
<b>Total Geral</b>		<b>289.611</b>	<b>103.907</b>	<b>393.518</b>

A Administração, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme abaixo:

2022	126.638
2023	144.318
2024	49.391
2025	22.634
2026	4.175
Demais anos	19.788
<b>Total</b>	<b><u>366.944</u></b>

### 31.2 – Conciliação da taxa do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

CONCILIAÇÃO DE TAXA		31/03/2022	31/03/2021
Lucro Antes do Imposto de Renda e CSLL		215.011	107.015
Alíquota de Imposto de Renda e CSLL (34%)		(73.104)	(36.385)
<b>(Adições) e Exclusões Permanentes</b>	<b>Base</b>	<b>Imposto</b>	<b>Imposto</b>
Incentivos fiscais	402	137	-
Lucro não tributado pelo adicional	60	6	6
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(15.555)	(5.289)	(5.186)
Encargos de depreciação – IPC/BTNF	(333)	(30)	(30)
Outras adições permanentes	(1.833)	(623)	(206)
<b>(Adições) e Exclusões Temporárias</b>			
Depreciação de impairment	397	135	175
Outras (adições) exclusões temporárias	8.090	2.751	3.226
<b>Total dos ajustes</b>		<b>(2.913)</b>	<b>(2.015)</b>
Compensação de prejuízo fiscal IR – 25%	67.053	16.763	8.465
Compensação da base negativa da CSLL – 9%	67.153	6.044	3.057
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(53.210)</b>	<b>(26.878)</b>
<b>Tributos sobre o lucro contabilizados:</b>			
Imposto de Renda Corrente		(39.108)	(19.746)
Contribuição Social Corrente		(14.102)	(7.132)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(26.574)	(9.348)
<b>TOTAL</b>		<b>(79.784)</b>	<b>(36.226)</b>
<b>Taxa efetiva de tributos sobre o lucro</b>		<b>37,11%</b>	<b>33,85%</b>

### 32. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: março/2022) pagas pela empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

<b>ADMINISTRADORES</b>	<b>em Reais</b>
- Maior remuneração	44.921,02
- Menor remuneração	39.132,01
- Remuneração média	41.081,88
<b>EMPREGADOS</b>	
- Maior remuneração	39.856,39
- Menor remuneração	2.625,85
- Remuneração média	13.258,78

Os benefícios incluídos no quadro acima são: seguro de vida, auxílio alimentação e transporte, plano de saúde, plano de previdência privada, entre outros.

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 33.1 –Dividendos

Conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 25/04/2022, os dividendos totais propostos no montante de R\$ 307.783, que atualizados com base na Taxa de Juros Selic totalizam R\$ 317.598, foram pagos no dia 27/04/2022.

#### 33.2 –Nova tabela tarifária

A vigência da nova estrutura tarifária iniciou no dia 01/04/2022. No entanto, a SPA foi obrigada a interromper, em 20/04/2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados de uma entidade que obteve liminar judicial para suspender por 6 meses a cobrança da nova tabela. A SPA está envidando esforços mediante os meios legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, por entender que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção, pelos usuários, dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas.

#### 33.3 – Complementação de Aposentadoria

Conforme Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 24/03/2022, foram estipuladas condições de adesão ao acordo individual de cessação definitiva do benefício de complementação de aposentadoria, mediante o pagamento de valor compensatório, em parcela única, aos ex-colaboradores aposentados, admitidos pela Companhia Docas de Santos – CDS (atual SPA). A adesão ao acordo é facultativa, ou seja, não há

obrigatoriedade de adesão, mas caso feita, será de forma individual, irretratável e irrevogável.

O prazo de adesão foi encerrado em 20/04/2022, sendo que 66 ex-funcionários manifestaram a intenção de efetuar a adesão, que quita de forma irretratável o direito à complementação de aposentadoria mensal, que deixará de ser paga a partir da quitação compensatória. Tal quitação não prejudica ou interfere nas ações judiciais em andamento, que discutem diferenças devidas de complementação de aposentadoria, anteriores a presente avença, ressaltando que eventuais diferenças arbitradas judicialmente ficarão com seus reflexos limitados a data da avença firmada, sem qualquer projeção futura ou possibilidade de gerar novação na ampla e irrestrita quitação firmada.

**FERNANDO HENRIQUE  
PASSOS**  
BIRAL:17269315876

Assinado de forma digital por FERNANDO HENRIQUE  
PASSOS BIRAL:17269315876  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ACAA  
CERTIFICADORA, ou=23731308000102, cn=FERNANDO  
HENRIQUE PASSOS BIRAL:17269315876  
Dados: 2022.05.12 16:08:25 -03'00'

**FERNANDO H. PASSOS BIRAL**  
Diretor Presidente

**MARCUS DOS SANTOS  
MINGONI:1465222189**  
4

Assinado de forma digital por MARCUS DOS SANTOS  
MINGONI:14652221894  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal  
do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR  
SIMPLE WAY CERTIFICACAO DIGITAL, ou=Presencial,  
ou=29406892000107, cn=MARCUS DOS SANTOS  
MINGONI:14652221894  
Dados: 2022.05.12 09:19:41 -03'00'

**MARCUS DOS SANTOS MINGONI**  
Diretor de Administração e Finanças

**MARCELO RIBEIRO  
DE  
SOUZA:88493580759**

Assinado de forma digital por MARCELO RIBEIRO DE  
SOUZA:88493580759  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID,  
ou=AR ACAA CERTIFICADORA, ou=23731308000102,  
cn=MARCELO RIBEIRO DE SOUZA:88493580759  
Dados: 2022.05.12 09:27:51 -03'00'

**MARCELO RIBEIRO DE SOUZA**  
Diretor de Operações

**BRUNO  
STUPELLO:29213314892**

Assinado de forma digital por  
BRUNO STUPELLO:29213314892  
Dados: 2022.05.12 16:00:09 -03'00'

**BRUNO STUPELLO**  
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

**AFRANIO DE PAIVA  
MOREIRA  
JUNIOR:34443223720**

Assinado de forma digital por AFRANIO DE PAIVA MOREIRA  
JUNIOR:34443223720  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR SIMPLE WAY  
CERTIFICACAO DIGITAL, ou=Presencial, ou=29406892000107,  
cn=AFRANIO DE PAIVA MOREIRA, JUNIOR:34443223720  
Dados: 2022.05.12 09:50:53 -03'00'

**AFRÂNIO DE PAIVA M. JUNIOR**  
Diretor de Infraestrutura

**LUCIANA PARREIRA  
PINHEIRO  
PEREIRA:19931218894**

Assinado de forma digital por  
LUCIANA PARREIRA PINHEIRO  
PEREIRA:19931218894  
Dados: 2022.05.06 19:34:19  
-03'00'

**LUCIANA PARREIRA P PEREIRA**  
Gerente de Contabilidade  
CRC 1SP 188.629/O-3